

OUTROS ASSUNTOS



República Portuguesa

Eventos

❖ 4th EU EJP SOIL Policy Forum – 11 de abril

O 4th EU EJP SOIL Policy Forum, em formato webinar, tem lugar na manhã de 11 de abril e é promovido pela WP8 Science to Policy do EJP SOIL.

O Fórum vai focar-se nas Opções de Gestão Sustentável do Solo (SSMOs) que podem ajudar a cumprir os objetivos da política da UE, bem como os benefícios e trade-offs associados a essas opções nas várias regiões pedoclimáticas.

[Inscrição](#)

Fonte: [4th EU EJP SOIL Policy Forum - 11 de abril - Agroportal](#)

❖ 43ª Reunião de Primavera da SPPF

Realiza-se entre os dias 18 e 19 de abril a 43ª Reunião de Primavera da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens no Fundão cujo tema será multifuncionalidades das pastagens em zonas de montanha.

[Inscrição](#)

Fonte: [REUNIÕES DE PRIMAVERA \(sppf.pt\)](#)

❖ Ação de capacitação: Identificação de insetos polinizadores

No âmbito do projeto Call4Earth, o COTHN-CC vai realizar uma ação de capacitação sobre identificação de insetos polinizadores em sala e em campo, no dia 18 de abril de 2024.

O objetivo desta ação é consciencializar os participantes sobre a importância dos insetos polinizadores na hortofruticultura, capacitar os participantes a identificar os principais insetos polinizadores presentes nos sistemas produtivos hortofrutícolas e promover a adoção de práticas agrícolas sustentáveis visando a preservação e atração de insetos polinizadores.

[Inscrições](#)

Fonte: [Ação de capacitação: Identificação de insectos polinizadores \(google.com\)](#)

Folha Informativa SRAA

2024-04-01

Notícias

◆ Portugal tem mais de mil espécies agrícolas e hortícolas registadas

Portugal tem mais de mil denominações de espécies agrícolas e hortícolas registadas em 2024, com destaque para o tomate que conta mais de 230, foi hoje anunciado.

No [Catálogo Nacional de Variedades de 2024](#) (1.ª versão), Portugal contabiliza mais de 1.000 denominações.

Em maior número, destaca-se o tomate (235), com denominações como Benfica, Buda, Centauro, Glitter, Nelson ou Zapateco.

Seguem-se o milho (141, incluindo as variedades de conservação) e o girassol (116).

Destaca-se ainda a melância (50), com denominações como Esmeralda, Esmeraldita e Palmira, bem como o melão (49), onde se inclui o Capoverde, Marvel, Manuel António e Marco António.

Depois surgem o pimento (44), o azevém-anual (41), o sorgo (36) e a cebola (30).

Com mais de 10 denominações contabilizam-se ainda, por exemplo, a aboborinha (18), a luzerna (16), a batateira (12), o azevém-perene (13), e o grão-de-bico (12).

Abaixo aparecem a festuca alta (10), a ervilhaca vulgar (nove), a ervilha forrageira (oito), a ervilhaca-de-caxos-roxos (oito), o arroz (sete), o trigo mole (sete), a beringela (sete), a aveia (seis), a faveta (seis), o trevo da pérsia (seis), o trevo subterrâneo (seis), a couve portuguesa (seis), o trigo duro (cinco), a couve repolho (cinco), o chicharo (cinco), o trevo branco (cinco) e a abóbora almiscarada (cinco).

Com entre quatro e duas denominações estão inscritas no catálogo o nabo (quatro), o pepino (quatro), o trevo-vesiculososo (quatro), a aveia estrigosa ou aveia negra (três), o azevém-híbrido (três), coentro (três), couve-bróculo (três), a abóbora menina (três), a couve-lombarda (dois), o trevo rosa (dois), entre outros.

O documento inclui ainda um conjunto de espécies com apenas uma denominação, como a ervilha, o espinafre, a fava, o grão-de-bico, a lentilha, a cebola comum, a alface, o agrião, a couve nabiça, a beterraba de mesa ou o tremoceiro de folhas brancas.

A produção, certificação e comercialização da grande maioria das sementes das espécies agrícolas e hortícolas reguladas implica que estas estejam inscritas nos catálogos de variedades de espécies agrícolas e hortícolas.

Para a inscrição no catálogo nacional, as variedades em causa são submetidas a ensaios oficiais de distinção, homogeneidade e estabilidade, bem como, no caso das espécies agrícolas, a ensaios de valor agronómico e de utilização.

Fonte: [Portugal tem mais de mil espécies agrícolas e hortícolas registadas - Agroportal](#)



União Europeia

Notícias

◆ Sondagem: Política agrícola da UE sob grande contestação

Os eleitores europeus estão descontentes com a política agrícola da UE por não assegurar a independência alimentar, apesar de absorver a maior fatia do orçamento comunitário.

Folha Informativa SRAA

2024-04-01

Notícias

Quase metade dos inquiridos da sondagem da Ipsos para a Euronews, com 26 mil pessoas, considera que as ações da UE têm um impacto negativo na proteção da agricultura europeia e na independência alimentar do bloco.

Ambos os aspetos estão no centro do programa de subsídios à agricultura da UE, a Política Agrícola Comum (PAC), que é também um dos maiores envelopes de dinheiro do bloco.

O resultado da sondagem pode ser visto como um fracasso substancial da principal política agrícola do bloco, com os legisladores da UE a não conseguirem capitalizar o financiamento especificamente destinado à agricultura - que representa um terço do orçamento global da UE.

Embora apenas um quinto dos inquiridos esteja satisfeito com as políticas da UE no sentido de assegurar a proteção da agricultura europeia, o descontentamento parece atingir o auge sobretudo nos países com maior produção agrícola, com algumas exceções tais como a Dinamarca e a Roménia.

"É interessante que os inquiridos nos países que são os maiores produtores da UE, liderados pela França, mas também pela Polónia, Espanha e Itália, tenham as opiniões mais negativas", disse Alan Matthews, professor de Política Agrícola Europeia no Trinity College de Dublin.

Para Matthews, um dos principais especialistas no programa da PAC, a questão de saber se os inquiridos responderam desta forma "porque pensam que a pressão para uma maior ambição ambiental tornou a agricultura da UE não competitiva ou porque pensam que a UE não tomou medidas suficientes para impedir importações mais competitivas através da política comercial", continua a ser uma questão em aberto para os decisores políticos.

Uma nova linha de fratura política

A política agroalimentar da UE tem sido um ponto sensível para a administração de Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia. Mais de metade das promessas da estratégia emblemática "Do prado ao prato", apresentada no início do mandato, continuam por cumprir.

A crescente polarização entre as partes interessadas levou a presidente a suspender as novas propostas em preparação, convocando, em vez disso, o chamado "diálogo estratégico" antes das eleições europeias.

No entanto, a sondagem exclusiva da Euronews revela também o surgimento de uma linha de fratura política.

"O que é interessante é a clara divisão entre a esquerda e a direita entre os grupos políticos", comentou Matthews, salientando que as opiniões mais negativas foram expressas por aqueles que apoiam os partidos de extrema-direita (ID) e de direita uktraconservadora (CRE), enquanto que os eleitores que apoiam os grupos de esquerda e os Verdes consideram que a UE está a fazer um trabalho pelo menos razoável.

A arquitetura geral da PAC, que foi acordada pelos legisladores no início deste mandato, já sofreu alterações para responder às preocupações dos agricultores.

Segundo o ministro italiano da Agricultura, Francesco Lollobrigida, estas alterações foram consideradas necessárias para corrigir algumas falhas na conceção da PAC, originalmente apresentadas pelas forças políticas progressistas e verdes.

"A PAC foi condicionada pelo [antigo vice-presidente da Comissão] Timmermans, que tinha uma abordagem ideológica e que, felizmente, já não condiciona as políticas europeias", disse o político conservador, na reunião de março dos ministros da Agricultura da UE, em Bruxelas.

A saída de Frans Timmermans do executivo comunitário colocou os grupos políticos de direita e conservadores "em posição de rever o quadro que liga a sustentabilidade ambiental à sustentabilidade económica", afirmou.

Independência e soberania alimentar

A sondagem exclusiva da Euronews revelou também um interesse renovado pela "independência alimentar", cada vez mais associada ao conceito de "soberania alimentar".

Originalmente cunhado pelo movimento agroecológico nos anos 90, a soberania alimentar está em voga no discurso político atual, particularmente em França e Itália.

No entanto, a forma como a soberania alimentar pode ser definida a nível da UE permanece pouco clara, com alguns a acreditarem que deve fazer parte de uma reformulação da política comercial do bloco, e outros a procurarem aumentar a produção agrícola interna da UE a todo o custo.

Matthews relacionou o resultado das sondagens da Euronews com um recente inquérito do Eurobarómetro, que sondou a opinião dos cidadãos sobre a relação entre o comércio internacional e a agricultura.

Folha Informativa SRAA

2024-04-01

Notícias

“Quase nove em cada dez inquiridos concordaram que as importações agrícolas de qualquer origem só deveriam entrar na UE se a sua produção cumprisse as normas ambientais e de bem-estar animal da UE”, afirmou, acrescentando que a maioria dos inquiridos no Eurobarómetro também apoiava a imposição de barreiras comerciais às importações, exceto para os países em desenvolvimento.

Um indicador de sustentabilidade recentemente apresentado, desenvolvido pelo grupo de reflexão Farm Europe, indica que a soberania alimentar da UE está a melhorar, tanto no que se refere à carne como aos produtos lácteos, com um excedente de produção agrícola liderado pela França, bem como pelos países da Europa Central e do Báltico.

No entanto, a autossuficiência da UE em matéria de alimentos para animais parece estar a deteriorar-se rapidamente, com défices graves na Península Ibérica, na Alemanha e em Itália.

Fonte: [Sondagem: Política agrícola da UE sob grande contestação | Euronews](#)

❖ **Pacote de saúde animal e fitossanidade: melhor regulamentação para uma alimentação mais segura**

O que é o pacote de saúde animal e fitossanidade?

O pacote de saúde animal e fitossanidade visa modernizar e simplificar as regras existentes, reforçando ao mesmo tempo a execução das normas sanitárias e de segurança ao longo de toda a cadeia agroalimentar. As propostas irão também introduzir uma abordagem da proteção sanitária mais baseada no risco e instrumentos de controlo mais eficientes. Deverão ter como resultado final regras mais simples, processos mais eficientes e um melhor controlo das doenças animais e das pragas dos vegetais, bem como produtos mais seguros para os consumidores. O pacote é constituído por cinco propostas legislativas da Comissão.

Porquê este pacote?

Assegurar um elevado nível de saúde para os seres humanos, os animais e os vegetais é um dos objetivos dos tratados da UE. Até agora, as regras atuais neste domínio demonstraram ser eficazes na prevenção e no combate aos riscos. Todavia, a experiência adquirida mostrou que é necessário simplificar e atualizar estas regras e prosseguir, nos diferentes domínios da cadeia agroalimentar, a integração da abordagem adotada. A segurança da indústria agroalimentar da UE é essencial, não só para garantir a segurança dos consumidores, mas também para garantir a sustentabilidade dos alimentos produzidos na UE.

A agricultura, as florestas e a biodiversidade da Europa encontram-se também ameaçadas por pragas e doenças que atacam os vegetais. O número de novas espécies de pragas na Europa aumentou, em grande parte em resultado da mundialização do comércio e das alterações climáticas. A reforma das regras fitossanitárias contribuirá para a erradicação precoce das novas espécies de pragas e para impedi-las de entrar na UE.

As regras atuais em matéria de fitossanidade e de saúde animal são complexas. A modernização e simplificação dessas regras permitirá seguir uma abordagem mais baseada no risco para as questões de saúde animal e de fitossanidade, o que por sua vez contribuirá para a erradicação de doenças animais e pragas dos vegetais, melhorando assim indiretamente a segurança dos alimentos.

Em pormenor

As cinco propostas que fazem parte do pacote de saúde animal e fitossanidade são as seguintes:

1. Saúde animal

A legislação proposta substituirá o atual conjunto de quase 50 atos legislativos distintos por um regulamento único. Melhorará as normas e criará um sistema comum para melhor detetar e prevenir as doenças e para combater de modo mais coordenado os riscos sanitários e para a segurança dos alimentos destinados ao consumo humano e animal.

2. Fitossanidade

O novo regulamento criará um quadro aperfeiçoado para proteger a fitossanidade na Europa. As principais alterações introduzidas melhoram a proteção contra os riscos relacionados com as importações provenientes de países que não pertencem à UE, introduzem um sistema de passaportes fitossanitários e melhoram a vigilância dos surtos de pragas e o controlo das zonas protegidas.

3. Material de reprodução vegetal

Folha Informativa SRAA

2024-04-01

Notícias

A proposta – também conhecida sob a designação de "regulamento sementes" – visava, nomeadamente, introduzir regras simplificadas e mais flexíveis para a comercialização de sementes e outro material de reprodução vegetal. A proposta foi retirada pela Comissão no âmbito do seu programa de trabalho para 2015, na sequência da sua rejeição pelo Parlamento Europeu.

4. Controlos oficiais

As alterações propostas criarão um quadro único para todos os controlos oficiais ao longo da cadeia agroalimentar. Em especial, as novas regras introduzirão uma abordagem baseada no risco, permitindo centrar os recursos nas questões mais relevantes.

5. Quadro financeiro comum

Este novo regulamento foi adotado pelo Conselho em 8 de maio de 2014, na sequência da primeira leitura do Parlamento Europeu que confirmou o acordo em primeira leitura alcançado entre os dois colegisladores em dezembro de 2013. Irá criar um quadro financeiro único para gerir as despesas e melhorar o funcionamento de vários programas executados no domínio agroalimentar.

Qual é o ponto da situação?

As negociações entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre a proposta de regulamento relativo à saúde animal foram concluídas em junho de 2015 e o regulamento foi adotado em 9 de março e publicado em 31 de março de 2016. O regulamento será aplicável a partir de 21 de abril de 2021.

As negociações entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre a proposta de regulamento relativo à fitossanidade foram concluídas em dezembro de 2015. O Conselho concluiu a sua primeira leitura em 18 de julho de 2016, tendo refletido plenamente o acordo alcançado entre os dois colegisladores, e o Parlamento Europeu, em sessão plenária, adotou esse mesmo texto em segunda leitura, em 26 de outubro de 2016. O regulamento foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia em novembro de 2016.

As negociações entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre a proposta de regulamento relativo aos controlos oficiais foram concluídas em junho de 2016. O Conselho adotou a sua posição em primeira leitura com base nesse acordo em dezembro de 2016. O regulamento foi publicado no Jornal Oficial da UE em 7 de abril de 2014 e entrou em vigor 20 dias depois. As novas regras tornar-se-ão aplicáveis gradualmente sendo 14 de dezembro de 2019 a principal data de aplicação.

Este novo regulamento relativo às despesas foi adotado pelo Conselho em 8 de maio de 2014, na sequência da primeira leitura do Parlamento Europeu que confirmou o acordo em primeira leitura alcançado entre os dois colegisladores em dezembro de 2013. A proposta relativa ao material de reprodução vegetal foi retirada pela Comissão no âmbito do seu programa de trabalho para 2015, na sequência da sua rejeição pelo Parlamento Europeu.

Fonte: [Pacote de saúde animal e fitossanidade: melhor regulamentação para uma alimentação mais segura - Consilium \(europa.eu\)](#)